

**A PRIVATIZAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO
CURRÍCULO ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

THE DIGITAL PRIVATIZATION OF EDUCATION AND ITS IMPACTS ON THE
SCHOOL CURRICULUM: A CRITICAL ANALYSIS

LA PRIVATIZACIÓN DIGITAL DE LA EDUCACIÓN Y SUS IMPACTOS EN EL
CURRÍCULO ESCOLAR: UN ANÁLISIS CRÍTICO

Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati¹ 0000-0002-0656-0995

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil;
audreipizolati@mail.com

RESUMO:

A digitalização da educação tem promovido transformações estruturais nas práticas pedagógicas e na gestão escolar. Este artigo investiga os processos de privatização digital e suas implicações para o currículo escolar, considerando aspectos de governança, regulação e impactos sociotécnicos. Fundamentado em uma revisão bibliográfica, o estudo dialoga com autores como Adrião (2018), Saura, Adrião e Arguelho (2024), além de Dussel e Williams (2023), para examinar como a inserção de tecnologias digitais na educação pode acentuar desigualdades e favorecer interesses corporativos. A pesquisa evidencia a necessidade de um olhar crítico sobre o uso das tecnologias e seu papel na reconfiguração curricular.

Palavras-chave: privatização digital; currículo; governança educacional; políticas educacionais; tecnologia.

ABSTRACT:

The digitalization of education has promoted structural transformations in pedagogical practices and school management. This article investigates digital privatization processes and their implications for the school curriculum, considering aspects of governance, regulation and socio-technical impacts. Based on a bibliographic review, the study dialogues with authors such as Adrião (2018), Saura, Adrião and Arguelho (2024), in addition to Dussel and Williams (2023), to examine how the insertion of digital technologies in education can accentuate inequalities and favor corporate interests. The research highlights the need for a critical look at the use of technologies and their role in curricular reconfiguration.

Keywords: digital privatization; curriculum; educational governance; educational policies; technology.

RESUMEN:

La digitalización de la educación ha impulsado transformaciones estructurales en las prácticas pedagógicas y la gestión escolar. Este artículo investiga los procesos de privatización digital y sus implicaciones para el currículo escolar, considerando aspectos de gobernanza, regulación e impactos sociotécnicos. Basado en una revisión bibliográfica, el estudio dialoga con autores

como Adrião (2018), Saura, Adrião y Arguelho (2024), además de Dussel y Williams (2023), para examinar cómo la inserción de tecnologías digitales en la educación puede acentuar las desigualdades. y favorecer los intereses corporativos. La investigación destaca la necesidad de una mirada crítica sobre el uso de las tecnologías y su papel en la reconfiguración curricular.

Palabras clave: privatización digital; plan de estudios; gobernanza educativa; políticas educativas; tecnología.

Introdução

A emergência das tecnologias digitais na educação tem modificado significativamente a organização curricular e os processos de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, observa-se um avanço das dinâmicas de privatização digital da gestão escolar, implicando na crescente influência de corporações e empresas tecnológicas sobre as decisões pedagógicas e curriculares. Conforme Saura, Cancela e Parcerisa (2023), a inserção massiva de tecnologias digitais nas escolas não ocorre de forma neutra, mas sim como parte de uma estratégia de controle dos processos educativos em consonância com o mercado e a racionalidade neoliberal.

A literatura também destaca que a expansão das plataformas digitais está atrelada a uma lógica de governança baseada na gestão de dados e na normatização da prática docente. Segundo García e Adrião (2023, p. 88), a “era digital está reformulando os sistemas educacionais em todo o mundo. Existem dois elementos centrais de grande amplitude sob os quais os principais avanços tecnocientíficos do capitalismo contemporâneo começam a articular-se na política educacional global”.

Diante desse panorama, este artigo busca responder à seguinte problemática: de que maneira a privatização digital impacta a estruturação curricular e a prática docente? Para responder a essa questão, são traçados os seguintes objetivos: analisar como a digitalização da educação tem influenciado a definição curricular; examinar os mecanismos de controle e regulação pedagógica mediados pelas tecnologias; e refletir sobre os desafios impostos à autonomia docente em face da padronização curricular imposta pelo mercado digital.

A relevância desta investigação reside na necessidade de compreender criticamente os efeitos da privatização digital no campo educacional, uma vez que o crescente envolvimento de corporações tecnológicas na gestão escolar pode comprometer os princípios democráticos da educação pública (Dussel; Williams, 2023). A discussão crítica aqui apresentada permitirá identificar estratégias para garantir uma integração tecnológica alinhada às necessidades educacionais, sem comprometer a pluralidade pedagógica e a autonomia dos professores.

A privatização digital também deve ser analisada no contexto de desigualdades sociais e econômicas. Fraser (2024, p. 32) destaca que, a expansão das lógicas de mercado para a sociedade como um todo impacta de igual maneira a educação, o que reforça dinâmicas de exclusão, privilegiando nichos sociais já favorecidos e ampliando a precarização classes sociais. Nesse sentido, há uma relação direta entre digitalização e os novos processos de ensino e aprendizagem sob a égide neoliberal. (Saura; Adrião; Arguelho, 2024).

Nesse cenário, a análise do presente estudo se insere no debate sobre a mercantilização via digital do conhecimento. Como argumentam Dussel e Williams (2023, p. 54), "a incorporação de plataformas digitais na educação não apenas altera os formatos de ensino, mas também influencia os conteúdos e a própria concepção de conhecimento válido". A tendência à uniformização curricular, muitas vezes orientada por interesses mercadológicos, levanta questionamentos sobre o papel da escola na formação cidadã e na promoção de um ensino plural e contextualizado.

Portanto, compreender a privatização digital da educação requer uma abordagem multidimensional, que considere tanto os impactos no currículo escolar quanto os desafios para a educação pública em um contexto de crescente influência corporativa. A investigação aqui proposta visa contribuir para esse debate, oferecendo uma perspectiva crítica embasada na literatura recente sobre o tema.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise bibliográfica, visando compreender os impactos da privatização digital sobre o currículo escolar. De acordo com Bowen (2009), a análise de conteúdo consiste na seleção, avaliação e interpretação crítica de materiais empíricos que fornecem informações relevantes sobre determinado fenômeno. Assim, o estudo examina fontes bibliográfica que dialogam e problematizam o tema estudado. Conforme Tavares Silva e Fernandes (2019), a análise de documentos curriculares possibilita uma visão aprofundada das diretrizes educacionais e suas transformações, permitindo a identificação de discursos normativos e práticas emergentes.

Para tanto, será adotado o referencial teórico-metodológico da hermenêutica crítica, que permite interpretar os discursos presentes nos materiais elegidos para estudo e identificar as tensões e contradições no processo de digitalização da educação (Tavares Silva; Fernandes, 2019). Segundo Adrião (2018), a gestão escolar por meio do controle digital e de interesses

corporativos tem reconfigurado a governança educacional, exigindo um olhar crítico sobre os discursos que normatizam essas práticas. Assim, a pesquisa buscará examinar as implicações dessas políticas na construção curricular.

A triangulação de fontes será utilizada para assegurar maior rigor e validade à pesquisa, cruzando análises de diferentes autores no intuito de ampliar a compreensão do fenômeno investigado – a privatização digital da educação. Fraser (2024) destaca que a expansão da lógica de mercado para a educação tem sido acompanhada por uma crescente padronização dos conteúdos e métodos avaliativos, reduzindo a diversidade pedagógica e a autonomia docente. A partir dessa perspectiva, a pesquisa busca compreender como os processos de digitalização educacional têm reforçado essa tendência, promovendo um modelo educacional voltado para a eficiência e o controle, em detrimento da formação crítica e emancipatória.

A seleção dos materiais obedeceu aos seguintes critérios: pertinência ao tema da privatização digital na educação; relevância acadêmica ou institucional; e a atualidade da publicação. Isto posto, conforme argumentam Dussel e Williams (2023), a integração de plataformas digitais na educação não ocorre de forma neutra, mas está imbricada em disputas políticas e interesses mercadológicos que moldam o acesso ao conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa intuiu analisar como os documentos educacionais analisados nos estudos dos autores estudados refletem essas dinâmicas e quais implicações emergem para o currículo escolar e a prática docente no mundo digital que se engendra e atravessa o campo da educação.

Os dados serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), categorizando as informações em eixos temáticos que possibilitem identificar padrões e significados subjacentes nos materiais selecionados. Para Moreira (2005), a normatização curricular deve ser analisada considerando suas dimensões políticas e epistemológicas, garantindo que a digitalização da educação não restrinja o papel formativo das escolas.

Espera-se que essa abordagem permita uma compreensão aprofundada dos processos de digitalização e seus impactos no currículo escolar, contribuindo para uma reflexão crítica sobre as implicações da privatização digital da educação e fornecendo subsídios para futuras pesquisas e formulações de políticas educacionais que valorizem a diversidade de abordagens pedagógicas e a autonomia docente.

Privatização digital e reconfiguração do currículo

A digitalização da educação tem promovido a implementação de currículos orientados por competências alinhadas às exigências do mercado de trabalho, muitas vezes em detrimento de uma formação crítica e cidadã. Como argumentam Dussel e Williams (2023), essa reconfiguração curricular não ocorre de forma neutra, mas é condicionada por interesses econômicos que definem quais conhecimentos são valorizados e quais são marginalizados. Assim, os currículos passam a ser estruturados a partir de padrões globais de eficiência e desempenho, impactando diretamente a autonomia das escolas e dos docentes.

Moreira (2005) ressalta que a padronização curricular imposta pelas dinâmicas da privatização digital tende a reduzir a diversidade epistemológica e metodológica no ensino, limitando o espaço para abordagens críticas e interdisciplinares. A ênfase na mensuração de resultados, por meio de plataformas digitais, reforça uma lógica meritocrática que ignora as desigualdades estruturais existentes no acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a educação digital pode reforçar desigualdades preexistentes, favorecendo grupos que já possuem acesso privilegiado a recursos educacionais (Favero; Centenaro, 2019).

Além disso, García e Adrião (2023, p. 88) apontam que a privatização digital da educação reforça processos de vigilância e controle sobre os docentes, uma vez que os sistemas de gestão escolar monitoram constantemente o desempenho dos professores e estudantes. Esse modelo de governança, baseado na coleta e processamento de dados, favorece um ambiente de ensino cada vez mais regulado por indicadores quantitativos, comprometendo a liberdade pedagógica e a contextualização dos conteúdos curriculares. Em diálogo com Fraser (2024), percebe-se que capitalismo avança para a digitalização da educação que representa uma das principais ameaças à autonomia docente e ao caráter democrático do ensino público.

A influência das tecnologias digitais na reconfiguração curricular também se manifesta na crescente dependência das escolas em relação a plataformas educacionais privadas, muitas vezes promovidas como soluções inovadoras para problemas estruturais da educação pública (Tavares Silva; Fernandes, 2019). Entretanto, como apontam Saura, Adrião e Arguelho (2024, p. 5), “a igualdade de oportunidades de acesso às tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem; e contribuir para a aprendizagem digital e a melhoria da gestão, ampliando o acesso à internet e às tecnologias digitais para alunos, professores e gestores da rede pública de educação básica.” Porém, pode vir a reforçar um modelo excludente, onde apenas aqueles que

possuem acesso a dispositivos e conexão estável podem usufruir das vantagens da digitalização do ensino.

Outro aspecto relevante é a forma como os documentos curriculares analisados pelos autores que fundamentam este artigo revelam um alinhamento crescente entre as políticas educacionais e os interesses do setor privado. Conforme Diaz-Barriga (2003), a garantia de uma educação pública de qualidade, perpassa pela técnica (conteúdo e didática) em que a aprendizagem deve transpor a teoria; no presente, muitas vezes, a digitalização dos processos de ensino e aprendizagem não oferece as condições adequadas para sua efetivação. Somado a isso, Pacheco (2001) enfatiza que a teorização curricular crítica deve ser mobilizada para questionar a subordinação da educação às demandas do mercado. A exclusão de perspectivas críticas nos currículos digitais conforme vem se constituindo pode resultar em um empobrecimento da experiência educacional, restringindo a capacidade dos estudantes de desenvolverem habilidades reflexivas e engajamento social.

Nesse contexto, priorizar um currículo mais plural e inclusivo, capaz de integrar conhecimentos técnico-científicos com perspectivas críticas e humanísticas. Isso é essencial para que a educação cumpra seu papel social de formação integral dos sujeitos, promovendo uma aprendizagem significativa que vá além das exigências do mercado. Além disso, Fraser (2024) argumenta que o capitalismo e seu avanço na sociedade devem ser acompanhados de regulamentações que assegurem um equilíbrio entre inovação tecnológica e justiça educacional.

Diante desse cenário, torna-se essencial que pesquisadores e formuladores de políticas educacionais promovam uma discussão aprofundada sobre os impactos da privatização digital na educação, considerando tanto seus potenciais vantagens quanto os riscos que impõe à equidade e à autonomia pedagógica. A análise de conteúdo fundamentada em uma revisão bibliográfica aqui conduzida evidencia a necessidade de fortalecer abordagens curriculares que preservem a pluralidade epistemológica e promovam a formação integral dos estudantes.

Além disso, é necessário que os processos de digitalização da educação sejam acompanhados de medidas regulatórias que garantam a proteção dos dados dos estudantes e a transparência na formulação das diretrizes curriculares. Como argumentam Tavares Silva e Fernandes (2019), a ausência de controle estatal sobre a governança digital na educação pode aprofundar desigualdades e restringir o acesso equitativo ao conhecimento. Nesse sentido, Garcia e Adrião (2023, p. 85) entendem que

[...] não apenas usuários de plataformas têm seus dados convertidos em importante moeda, mas também os tempos e relações no caso entre docentes e estudantes, escolas

e famílias e conhecimento passam a ser mediados e “conformados” por ferramentas que se introduzem no cotidiano escolar com potencial de assumirem o protagonismo na organização do trabalho, configurando tempos de interação entre profissionais e educandos; influenciando sobre as jornadas docentes.

Portanto, garantir uma educação digital democrática exige uma revisão crítica das políticas educacionais e a implementação de medidas que assegurem a participação dos diferentes atores da comunidade escolar na formulação curricular. A privatização digital da educação não deve ser vista apenas como um fenômeno irreversível, mas como um processo que pode e deve ser moldado por debates públicos, políticas equitativas e práticas pedagógicas que fortaleçam a autonomia e a emancipação dos sujeitos no espaço escolar. Como argumentam Saura, Adrião e Arguelho (2024), a implementação de tecnologias digitais na educação deve priorizar a diversidade pedagógica, permitindo que o ensino não seja reduzido a uma lógica reprodutivista, mas que continue sendo um espaço de formação que correlacione o ensino e a aprendizagem, professor e estudantes ao pensamento crítico e reflexivo na construção do saber.

Os imaginários sociotécnicos na política educacional

Conforme pressupõe esta seção, Dussel e Williams (2023, p. 41) argumentam que "As tecnologias digitais como fator central para a expansão do direito à educação e a melhoria da qualidade educacional". Esses imaginários são compostos por discursos que legitimam certas práticas e excluem outras, influenciando a forma como a tecnologia é implementada no ambiente educacional. Assim, ao invés de serem ferramentas neutras para o ensino, as tecnologias digitais carregam consigo pressupostos ideológicos e estruturais que moldam a organização curricular e a atuação docente.

A adoção dessas tecnologias frequentemente prioriza a eficiência e a padronização, muitas vezes em detrimento da pluralidade pedagógica e da diversidade de abordagens de ensino. Como destacam Saura, Adrião e Arguelho (2024, p. 14), "ferramentas tecnológicas privadas relacionadas a diversos serviços e produtos, mas prioritariamente: plataformas de ensino para educação formal ou corporativa; plataformas para educação a distância; aplicativos diversos; sistemas de gestão para escolas; e *audiobooks*". Esse fenômeno ocorre porque as plataformas digitais são desenvolvidas e geridas por grandes corporações privadas, cujos interesses comerciais nem sempre estão alinhados às necessidades educacionais de um ensino democrático e inclusivo.

Além disso, Fraser (2024) salienta que o avanço do capitalismo se insere em um contexto no qual os espaços públicos, bem como a educação, passam a ser progressivamente apropriados por lógicas mercadológicas. Nesse sentido, as tecnologias deixam de ser apenas mediadoras do ensino e passam a estruturar os processos educativos com base em métricas quantitativas de desempenho, reforçando uma lógica produtivista que pode reduzir o papel crítico da educação.

Esse processo de digitalização não apenas transforma a forma como os conteúdos são transmitidos, mas também redefine o que é considerado conhecimento legítimo no espaço escolar. Ao priorizar plataformas e conteúdos desenvolvidos por grandes empresas, há um risco de homogeneização do ensino, no qual os saberes locais e as abordagens pedagógicas críticas são progressivamente marginalizados em favor de metodologias padronizadas.

Pacheco (2001) enfatiza a necessidade de um olhar crítico sobre esses imaginários sociotécnicos, o que na perspectiva atual aponta para as implicações da digitalização da educação à qual não deve se restringir a uma mera adoção instrumental de tecnologias, mas precisa ser acompanhada por um debate amplo sobre seus impactos sociais e pedagógicos. Se essas tecnologias forem utilizadas sem uma reflexão crítica, podem resultar na ampliação das desigualdades educacionais, já que os estudantes em contextos mais vulneráveis tendem a ter menos acesso a dispositivos e conectividade de qualidade, reforçando uma segregação educacional digital.

A ausência de regulamentação estatal sobre a governança digital na educação pode gerar uma assimetria de poder, na qual grandes corporações passam a determinar não apenas os recursos utilizados em sala de aula, mas também as formas de ensino e avaliação. Essa dependência tecnológica não só reduz a autonomia docente, mas também coloca em xeque a soberania educacional dos países, à medida que as decisões pedagógicas passam a ser ditadas por interesses privados e influenciam diretamente na composição curricular das escolas.

A privatização do currículo não se refere apenas aos tradicionais processos de compra de insumos e materiais necessários ao ensino (livros, jogos, brinquedos pedagógicos etc.). Trata-se, mais amplamente, da transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem, ou seja da definição dos desenhos curriculares (Adrião, 2018, p. 16).

Nessa preceptiva, a implementação de tecnologias digitais também afeta diretamente o trabalho docente, uma vez que os professores são submetidos a sistemas de gestão educacional que padronizam práticas pedagógicas e limitam a criatividade no ensino. Como afirmam Saura, Adrião e Arguelho (2024), a regulação estatal e a participação ativa da comunidade educacional

na definição das políticas digitais são essenciais para evitar que a tecnologia se torne mais um fator de exclusão social. Dessa maneira, torna-se urgente um modelo de governança digital que envolva educadores, gestores e a sociedade civil no debate sobre a digitalização da educação.

Além disso, Adrião (2018) defende que a digitalização do ensino deve ser acompanhada de regulamentações que assegurem um equilíbrio entre inovação tecnológica e justiça educacional. Dessa forma, é necessário que as políticas educacionais contemplem estratégias para garantir que a digitalização do ensino seja conduzida com base em princípios democráticos, promovendo a inclusão e a equidade no acesso às tecnologias.

Assim, destaca-se que a incorporação das tecnologias digitais na educação deve ser acompanhada por um debate contínuo sobre seus impactos e suas possibilidades. Em vez de uma mera adesão irrefletida às inovações tecnológicas, é necessário garantir que essas ferramentas sejam utilizadas de maneira crítica, assegurando que sua implementação contribua para um ensino mais democrático e plural, ao invés de reforçar as lógicas de mercado e os processos de controle sobre a prática docente e a experiência estudantil. Dessa forma, a regulação do uso das tecnologias digitais deve ser feita de maneira a equilibrar inovação, diversidade pedagógica e respeito à autonomia docente e discente.

Implicações para a autonomia docente e plataformas digitais

A adoção de plataformas digitais na educação também impacta diretamente a autonomia docente. Moreira (2005, p. 45) ressalta que "a padronização curricular pode limitar a criatividade pedagógica, transformando o professor em um executor de conteúdos pré-determinados". Esse aspecto evidencia a necessidade de um olhar crítico sobre o papel das tecnologias no ensino, evitando que sua implementação resulte na precarização do trabalho docente e na homogeneização do conhecimento.

Segundo Favero e Centenaro (2019, p. 10), a "privatização da educação, para Ball (2014), dá-se de duas maneiras: a) endógena: na qual a lógica do mercado prevalece dentro do estado para que ele seja produtivo; b) exógena: na qual ocorre a abertura explícita do serviço público para a participação do setor privado". Esse processo configura uma forma de controle gerencial sobre o ensino, que se estabelece a partir da digitalização dos modos de educar, resultando p exercício da docência em um processo de flexibilização e adaptação às estratégias pedagógicas elaboradas digitalmente no intuito de atender às especificidades de suas turmas, em consonância com o mercado.

Além disso, a crescente dependência de plataformas privadas para a organização do ensino compromete a autonomia dos professores na escolha dos conteúdos e metodologias, uma vez que muitas dessas ferramentas operam sob lógicas empresariais e algoritmos opacos. Dessa forma, os docentes veem sua atuação cada vez mais condicionada por sistemas tecnológicos que padronizam a prática educacional em nome da eficiência e do desempenho mensurável.

Dussel e Williams (2023, p. 43) “que, embora com escopos e objetivos distintos, coincidiram em apontar a exclusão digital como um obstáculo a ser superado para reduzir as desigualdades.” Entretanto, o avanço da digitalização tende a enfraquecer a autonomia docente, mas também desloca o foco da relação humana no processo de ensino-aprendizagem para a mediação de softwares e plataformas digitais.

Tavares Silva e Fernandes (2019, p. 240) ressaltam que "as tecnologias digitais podem ser aliadas do ensino, mas sua implementação deve respeitar a autonomia docente e ser pautada em processos participativos que incluam professores e gestores na formulação das políticas educacionais". Nesse sentido, a regulação das tecnologias educacionais deve ser conduzida com transparência e garantir que sua adoção fortaleça, em vez de restringir, a capacidade dos professores de inovar e contextualizar o ensino.

Portanto, a digitalização da educação só poderá contribuir efetivamente para o aprimoramento do ensino se for acompanhada por políticas que garantam a participação ativa dos docentes na formulação e implementação das plataformas digitais. Adrião (2018) enfatiza que a imposição de tecnologias em conjunção á privatização da educação sem um debate amplo com os professores e estudantes resulta na subordinação da pedagogia às lógicas empresariais, enfraquecendo a autonomia docente e transformando a escola em um espaço gerenciado por métricas de mercado. Dessa maneira, é fundamental que o desenvolvimento de soluções tecnológicas educacionais leve em consideração a experiência e o conhecimento dos professores, evitando que sua prática seja reduzida a uma função operacional e passiva.]]

A implementação de tecnologias digitais deve estar alinhada com a valorização do papel docente, garantindo que as ferramentas tecnológicas sejam um suporte ao ensino, e não um substituto da *práxis* pedagógica. Essa perspectiva reforça a necessidade de pensar a digitalização da educação a partir de um modelo que não comprometa a relação professor-aluno, assegurando que a tecnologia seja utilizada de maneira complementar a formação global dos estudantes, aliando a técnica (Diaz-Barriga, 2003) ao pensamento crítico e reflexivo.

Ainda nesse contexto, faz-se necessário compreender que a autonomia docente não pode ser vista como um obstáculo à inovação tecnológica, mas como um elemento fundamental para

que as tecnologias sejam incorporadas de forma crítica e contextualizada. Isso significa que, ao invés de apenas introduzir novas plataformas digitais sem um planejamento pedagógico adequado, é essencial promover uma formação docente contínua que possibilite aos professores o domínio das ferramentas digitais e a sua integração ao currículo de maneira significativa.

Adrião (2018, p. 16) complementa essa reflexão ao destacar que

[...] a oferta dessa modalidade de ensino vem se “profissionalizando” na medida em que as aulas livres, até então oferecidas por professores autônomos, são substituídas por empresas organizadas em franquias que subcontratam professores e disponibilizam plataformas digitais.

Dessa forma, a autonomia docente deve ser preservada para que os professores possam adaptar as ferramentas digitais às necessidades reais de seus alunos, ao invés de serem obrigados a seguir roteiros predefinidos por grandes corporações do setor educacional.

Conforme Tavares Silva e Fernandes (2019, p. 243), "um dos principais desafios da digitalização da educação está em equilibrar inovação e autonomia, garantindo que as novas ferramentas ampliem as possibilidades pedagógicas em vez de restringi-las". Assim, é necessário que as políticas educacionais contemplem estratégias para que a tecnologia seja utilizada de forma crítica, favorecendo um ensino mais dinâmico e interativo, mas sem comprometer a criatividade e a flexibilidade dos docentes na mediação do conhecimento.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que os processos de digitalização da educação sejam conduzidos de maneira democrática e participativa, garantindo que os professores tenham voz ativa nas decisões sobre a adoção de novas tecnologias. Isso significa que, além de promover a capacitação dos docentes no uso das plataformas digitais, é necessário criar espaços de escuta e debate para que suas experiências e desafios sejam levados em consideração na construção de políticas educacionais que promovam a equidade e a inclusão nos processos de ensino de aprendizagem.

O presente estudo analisou nessas seções de forma crítica os impactos da digitalização da educação sobre a autonomia docente, considerando o avanço das plataformas digitais e sua influência na prática pedagógica. A partir do referencial teórico, evidencia-se que a implementação dessas tecnologias não ocorre de maneira neutra, sendo atravessada por imaginários sociotécnicos que moldam políticas educacionais e reforçam dinâmicas de controle e padronização do ensino.

[...] alternativas ofertadas envolvem a adoção de sistemas e plataformas digitais para coleta e gerenciamento de informações sobre desempenho de estudantes em testes de larga escala ou avaliações diversas; frequência de docentes e estudantes; a criação de esferas de gerenciamento e de modalidades de seleção de pessoal específicas para

acompanhamento das medidas introduzidas; preveem a criação de banco de dados coletados junto aos sistemas de ensino e geridos pelo setor privado etc. (Adrião, 2018, p. 20).

A crescente dependência de plataformas privadas e a automação de processos educativos podem comprometer a capacidade dos professores de exercer sua criatividade pedagógica, modificando-os em executores de conteúdos pré-formatados. A lógica de mercado, ao orientar essas ferramentas, exigências de desempenho e controle gerencial que limitam a flexibilidade dos professores na adaptação de metodologias ao contexto de suas turmas. No entanto, argumenta-se que a tecnologia pode ser um suporte valioso ao ensino, desde que a sua implementação respeite a pluralidade pedagógica e promova a participação ativa dos educadores na formulação de políticas digitais. A necessidade de uma regulação estatal que garanta o equilíbrio entre inovação e autonomia foi enfatizada, destacando-se a importância da valorização do papel docente e da democratização do acesso às tecnologias educacionais.

Dessa forma, o estudo reforça a necessidade de um debate contínuo sobre o uso das tecnologias na educação, garantindo que sua adoção não comprometa a liberdade pedagógica e a diversidade metodológica, mas sim contribua para um ensino mais dinâmico, inclusivo e alinhado às reais necessidades do processo de aprendizagem.

Considerações finais

A privatização digital da educação, impulsionada pela crescente adoção de tecnologias no ensino, apresenta desafios significativos para o currículo escolar e a autonomia docente. A partir das análises desenvolvidas, observa-se que a digitalização da gestão educacional reforça lógicas de controle e regulação, impactando diretamente a formulação curricular e a dinâmica pedagógica. Como apontam García e Adrião (2023), "a digitalização da educação resulta na centralização de decisões, enfraquecendo a participação de docentes e estudantes no planejamento pedagógico" (p. 88). Dessa forma, é fundamental que a educação pública incorpore uma perspectiva crítica sobre o uso das tecnologias, garantindo que seu emprego não resulte na homogeneização do ensino ou na subordinação da prática docente às lógicas do capitalismo (Fraser, 2024). Nesse prisma, percebe-se que a

[...] "plataformização" do ensino sobretudo considerando-se perspectiva da introdução do ensino híbrido na regularidade da vida escolar, quando tempos de trabalho, rotinas, formas de controle e planejamento são alteradas de forma mais radical do que apenas pela introdução de plataformas digitais em um cotidiano de atividades exclusivamente presenciais (García; Adrião, 2023, p. 89).

A dependência crescente de plataformas digitais privadas na mediação do ensino pode comprometer a diversidade epistemológica e pedagógica, ao estabelecer padrões de avaliação e desempenho baseados em métricas quantitativas que desconsideram as particularidades do processo educativo. Para Adrião (2018), o avanço das plataformas digitais na educação redefine o que é considerado conhecimento legítimo, impondo critérios curriculares externos (mercadológicos) à realidade das salas de aula. Como discutido, a imposição de tecnologias sem o devido debate com a comunidade escolar pode restringir a criatividade pedagógica e limitar a autonomia dos professores na construção do conhecimento (Moreira, 2005). Dessa forma, a digitalização educacional não deve ser apenas um reflexo de interesses corporativos, mas um processo conduzido a partir de princípios democráticos e educacionais.

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de políticas educacionais que equilibrem inovação tecnológica e liberdade pedagógica, assegurando que os docentes tenham participação ativa na implementação e no desenvolvimento de ferramentas digitais. Tavares Silva e Fernandes (2019, p. 229) alertam que "os estados e municípios como organizações administrativas e coercivas, dessa maneira, a regulação estatal deve garantir que a digitalização da educação ocorra de maneira democrática, protegendo os princípios da educação pública e promovendo o acesso equitativo às tecnologias no processo de gestão escolar (Adrião, 2018).

Além disso, a formação continuada dos docentes no uso crítico e contextualizado das tecnologias torna-se um fator essencial para a integração desses recursos ao ensino. Como destaca Adrião (2018), A implementação de plataformas digitais na rede estadual reflete um modelo educacional voltado para a satisfação de interesses privados, em vez de priorizar as necessidades coletivas da sociedade. Essa lógica transfere para organizações externas à escola a responsabilidade por decisões fundamentais, como a gestão, a definição curricular e os processos de avaliação, entre outros aspectos.

Assim, a educação digital deve ser planejada de forma a fortalecer a relação professor-aluno e ampliar as possibilidades pedagógicas, sem desconsiderar os desafios estruturais que permeiam o acesso às tecnologias (Adrião, 2018; 2018; Dussel; Williams, 2023).

Dessa forma, reforça-se a importância de um debate contínuo sobre os impactos da digitalização da educação e da privatização digital do ensino. O desafio é construir um modelo educacional que incorpore as inovações tecnológicas sem comprometer a pluralidade pedagógica, a autonomia docente e o compromisso com uma educação crítica e democrática.

Como argumenta Adrião (2018, p. 15), as

[...] a oferta dessa modalidade de ensino vem se “profissionalizando” na medida em que as aulas livres, até então oferecidas por professores autônomos, são substituídas por empresas organizadas em franquias que subcontratam professores e disponibilizam plataformas digitais para assinantes direcionadas ao acompanhamento escolar por tutores *on line*.

Diante desse cenário de privatização digital da educação, é imprescindível que as políticas curriculares sejam formuladas a partir de um diálogo amplo entre educadores, pesquisadores e gestores, garantindo que a tecnologia atue como um meio para a promoção da equidade e da qualidade no ensino e reflexão crítica, e não como um fator de aprofundamento das desigualdades educacionais que corroboram à formação neotecnicista segundo os ditames do capitalismo.

Agradecimentos

Agradecimentos à Fundação Carlos Chagas/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento por meio de bolsa de estudo.

Referência

- ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- DIAZ-BARRIGA, ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- DIAZ-BARRIGA, Angel. Currículum. Tensiones conceptuales y prácticas. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2003. Disponível em: <https://redie.uabc.mx/redie/article/download/83/147/395>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- DUSSEL, Inés; WILLIAMS, Federico. Los Imaginarios sociotécnicos de la política educativa digital en México (2012-2022). **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 39–60, 2023. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/26247>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- FAVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Contrapontos**, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142019000100170&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 fev. 2025.
- FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**. São Paulo: Autonomia literária, 2024.
- GARCÍA, Teise; ADRIÃO, Theresa. Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos. **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 81–102, 2023. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/26245>. Acesso em: 1 fev. 2025.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Por que ter medo dos conteúdos? *In*: PEREIRA, Maria; MOURA, Alexandre. (Org.). **Políticas e práticas curriculares: impasses, tendências e perspectivas**. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 11-42.

PACHECO, José Augusto. Teoria curricular crítica: os dilemas (e contradições) dos educadores críticos. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 14, n. 1, p. 49-71, 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/542>. Acesso em: 1 fev. 2025.

SAURA, Geo; CANCELA, Ekaitz; PARCERISA, Lluís. Privatización educativa digital. **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 11–37, 2023. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/27019>. Acesso em: 1 fev. 2025.

SAURA, Geo; ADRIÃO, Theresa; Matheus, ARGUELHO. Reforma educativa digital: agendas tecnopedagógicas, redes políticas de governança e financeirização EDTECH. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 45, e286486, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.286486>.

TAVARES SILVA, Fabiane; FERNANDES, Christiane. Estudo de documentos curriculares prescritos: (de)compondo uma metodologia de investigação. **Educar em Revista**, v. 35, n. 78, p. 225–241, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rRjCtGjSdZFXZX67nWjJr5p/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2025.

SOBRE O AUTOR:

Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com apoio do Programa de Excelência Acadêmica/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROEX/CAPES) - bolsas integrais. Integra o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Docências, Pedagogias e Diferenças (GIPEDI/CNPq/UNISINOS) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Ensino Médio e Juventudes Contemporâneas (GEPCEM/UNISINOS/CNPq). Pós-doutorado em Educação em andamento na Unisinos, com o apoio da Fundação Carlos Chagas/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contribuição de autoria: autor.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0915310669117432>

Como referenciar

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. A privatização digital da educação e seus impactos no currículo escolar: uma análise crítica. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, e15914, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v4.15914>.